



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

10 a 12

de novembro

de 2018

- CAJARI – ACP requerendo nulidade de processo licitatório para a contratação da banda Aviões do Forró para o aniversário da cidade
- FEMINICÍDIO – Artigo do promotor de justiça Gilberto França Câmara França Júnior
- DAVINOPÓLIS – Assassinato do prefeito Ivanildo Paiva Barbosa
- Entrevista do secretário estadual de Fazenda, Marcellus Ribeiro, sobre providências para evitar “quebra” do Estado
- FEMINICÍDIO - Número de casos até outubro de 2018
- Governador Flávio Dino quer aumentar arrecadação de ICMS
- Proibição da Antaq de transferir recursos do Porto do Itaqui ao Estado
- Polícia

MPMA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog				
EDITORIA				
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia				
Outros		Estado Maior		
DATA	10e 11 / 11 / 2018	PÁG.	03	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada () Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva () Negativa

Aniversário

O Ministério Público do Maranhão pediu à Justiça Estado o cancelamento de um show de forró marcado para o dia 10 de novembro em comemoração ao aniversário da cidade de Cajari.

Segundo a promotoria, a empresa vencedora da licitação para a festa apresentou proposta de R\$ 158 mil. Mas a principal atração, entre quatro escolhidas, cobra sozinha cachê superior ao valor de R\$ 300 mil.

Além disso, a divulgação da festa, segundo apurado pelo MP, acontece desde o mês de junho de 2018, muito antes do processo licitatório ser iniciado.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia () Outros *Opina*
DATA *10/11/2018* PÁG. *5* Gerada () Espontânea Positiva () Negativa

“Feminicídio: um crime a ser combatido”

GILBERTO CAMARA FRANÇA JÚNIOR

O crime de “feminicídio” foi introduzido no Brasil através da Lei Federal nº 13.104/2015, publicada no D.O.U. de 10.03.2015. Tal crime consiste em tirar a vida de mulher por razões da condição de sexo feminino, estas consistentes em violência doméstica e familiar ou por menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Trata-se de crime hediondo, prevista a pena de 12 a 30 anos de reclusão, podendo ser aumentada de um terço até a metade quando ocorrem as seguintes hipóteses: durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto; contra pessoa menor de 14 anos, maior de 60 anos ou com deficiência; e na presença de descendente ou de ascendente da vítima.

Preocupada com a escalada da violência contra a mulher, que encontra o seu ponto culminante nas mortes baseadas em questões de gênero, a ONU, por meio da ONU Mulheres, Secretaria Nacional de Segurança Pública e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres com o apoio da Embaixada da Áustria, iniciaram a implantação em cinco Estados brasileiros e o Dis-

trito Federal, de um projeto destinado a combater o feminicídio.

O projeto em questão consiste na implementação do Protocolo Latino-americano para investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero no Brasil, mediante a utilização pelos diversos agentes públicos encarregados de investigar, processar e julgar os crimes de feminicídio, das Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Vale destacar que o Estado do Maranhão é um daqueles onde o projeto foi implementado. Neste ano de 2018, cerca de 40 casos foram registrados no nosso Estado.

Como fruto desse trabalho, a apuração dos crimes de feminicídio passou a ter o viés da perspectiva de gênero, o que elevou sobremaneira a qualidade do trabalho prestado pelo sistema de justiça, em todos os seus segmentos, na apuração e punição dos autores de tão hediondo crime. O índice de elucidação dos casos é de 100% na Região Metropolitana de São Luís e de 80% no interior do Estado. Graças aos mecanismos implementados e à dedicação dos profissionais envolvidos, atingiu-se um elevado grau de eficiência nessa seara.

Nesse contexto, a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 217/2017, que foi sancionado pelo Executivo, originando a Lei Estadual nº 10.700/2017, que instituiu o dia 13 de novembro como o “Dia Estadual de Combate ao Feminicídio”, para que a sociedade civil organizada possa lembrar das vítimas promovendo campanhas, seminários e outras ações visando a conscientização da população acerca do tema.

Ainda falta uma legislação processual penal mais moderna e não voltada somente para o réu, mas que dê maior celeridade ao processo, diminuindo a chamada revitimização, a qual agrava o sofrimento dos envolvidos. Isso se dá de várias formas, desde a falta de critérios objetivos para as reparações pecuniárias, até a ausência de um protocolo que proteja testemunhas, vítimas e familiares. Pode-se acrescentar a esse contexto defesas processuais que procuram atribuir às vítimas a culpa pela ocorrência do crime, atacando a sua memória sem qualquer ética ou pudor. Somente uma maior consciência social sobre a matéria poderá minorar a tendência da sociedade em procurar justificativas outras para o feminicídio que não as que se originam na violência de gênero.

Promotor de Justiça do Ministério Público do Maranhão, especialista em Ciências Penais pela Universidade Federal de Santa Catarina

A apuração de crime de feminicídio passou a ter o viés da perspectiva do gênero



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog				
EDITORIA				
<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros		Estado Maior
DATA	12 / 11 / 2018	PÁG.	03	() Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva () Negativa

“Jeitinho”

A Prefeitura de Cajari, pelo visto, deu um “jeitinho” de manter a programação do aniversário da cidade com o show da banda Aviões do Forró.

Depois de a Justiça vetar, a pedido do Ministério Público, que recursos do Município fossem usados para bancar a atração - de mais de R\$ 300 mil -, empresários se reuniram e anunciaram que pagariam a festa.

Com essa decisão, a desembargadora Angela Salazar, do Tribunal de Justiça do Maranhão, permitiu a realização da festividade. Mas mandou que os órgãos de fiscalização fiquem atentos ao pagamento.

NOTÍCIAS DIVERSAS



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input checked="" type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Outros			
DATA	10 de 11 / 2018	PÁG.	10
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea
		<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

Governo pode ser responsabilizado por danos a área histórica

Márcia Regina Escorteganha, especialista em restauração de Patrimônio Cultural da Humanidade, denuncia o estado em que se encontram os casarões da cidade

A especialista em restauração de Patrimônio Cultural da Humanidade, Márcia Regina Escorteganha, afirmou que as edificações históricas em São Luís - que tem o título de Patrimônio da Humanidade - necessitam de uma restauração urgente. Ela alertou que o Governo do Maranhão pode ser responsabilizado pelos danos que essas construções apresentam.

"São Luís é um núcleo de Patrimônio Cultural. Tudo aqui é muito lindo, mas, infelizmente, não há cuidados. Não são conservados. A capital do Maranhão tem o que muitos lugares não têm. Eu ouvia falar do patrimônio de São Luís, quando eu fazia mestrado na França. O patrimônio aqui está deteriorado e o Governo do Estado pode ser responsabilizado por isso. Não há segurança contra incêndio. Se o fogo atingir um casarão se alastra para outros muito fácil", afirmou.

A especialista alertou ainda sobre os impactos que a deterioração do Patrimônio Cultural da Humanidade causa para a economia e desenvolvimento do Estado. "Quando perdemos o nosso patrimônio, perdemos turismo e investimentos em preserçais. Além disso, corre o risco de perder o título de Patrimônio da Humanidade, que é cedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco). Será que vai ter que acontecer em São Luís o que ocorreu no Rio de Janeiro com o Museu Imperial que foi destruído?", indagou Márcia Regina.

Ela observou ainda que alguns imóveis no Centro Histórico estão com muita vegetação na frente, os azulejos raros estão caindo e as paredes têm muito lodo. "O rico pa-



Casarão retrata o estado de abandono em que se encontram muitos imóveis do Centro Histórico de São Luís

“ Tem gente que quer acabar com o patrimônio para fazer novas construções e lucrar com isso, mas caso acabem com as construções históricas, nunca mais vamos ter esse bem. O azulejo que tem aqui em São Luís é único”

MÁRCIA REGINA ESCORTEGANHA
Especialista em Patrimônio Cultural



Márcia Regina diz que o governo pode ser responsabilizado pelos danos

trimônio da capital maranhense está sendo destruído por falta de conservação e o governo pode ser responsabilizado por isso", ressaltou a especialista.

Márcia Regina observou proble-

mas nos casarões situados na quadra onde se localiza o prédio da Justiça do Trabalho; na Rua da Estrela, em frente ao museu do reggae; na Travessa do Portinho; na Avenida D. Pedro II; e na Rua 28 de Julho, entre outros. ●

SAIBA MAIS

O que diz a Unesco sobre o Patrimônio da Humanidade

■ O patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade.

■ O que faz com que o conceito de Patrimônio Mundial seja excepcional é sua aplicação universal. Os

sítios do Patrimônio Mundial pertencem a todos os povos do mundo, independentemente do território em que estejam localizados.

■ Os países reconhecem que os sítios localizados em seu território nacional e inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, sem prejuízo da soberania ou da propriedade nacionais, constituem um patrimônio universal "com

cuja proteção a comunidade internacional inteira tem o dever de cooperar".

■ Todos os países possuem sítios de interesse local ou nacional que constituem verdadeiros motivos de orgulho nacional e a Convenção os estimula a identificar e proteger seu patrimônio, este ou não incluído na Lista do Patrimônio Mundial. Sobre Márcia

Quem é Márcia Regina

É Conselheira Nacional de Cultura, órgão vinculado ao Ministério Cultura, o qual será extinto no próximo ano, conforme a especialista. Escorteganha é especialista em restauração de Patrimônio Cultural da Humanidade. É associada da Icomos Brasil e de outros órgãos relacionados à conservação do Patrimônio da Humanidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia () Outros

DATA 10/11 / 11 / 2018 PÁG. 3 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Dino quer aumentar em R\$ 585 milhões arrecadação de ICMS

Previsão de incremento na arrecadação foi incluída na Proposta de Orçamento para 2019; pressão sobre contribuinte deve cobrir rombos nas contas do Estado

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

Com déficit nas contas e na iminência de ter problemas para honrar o pagamento de benefícios de aposentados e pensionistas, o governo Flávio Dino (PCdoB) aumentará a pressão sobre o contribuinte para tentar reequilibrar as finanças e evitar um colapso das contas públicas estaduais.

Segundo dados Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2019, enviada pela Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (Seplan) à Assembleia Legislativa, o Estado estima arrecadar pelo menos R\$ 585 milhões a mais que em 2018 apenas com a cobrança de imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

De acordo com o Orçamento aprovado em 2017 e em execução em 2018, ao final deste ano a receita com esse tipo de cobrança deve ser de R\$ 6,7 bilhões - embora até outubro a arrecadação registrada tenha sido de apenas R\$ 5 bilhões, segundo dados da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz). Para 2019, o Estado estima arrecadar R\$ 7,3 bilhões, um aumento de quase 8,7%.

Essa é também a maior fonte de toda a receita de impostos prevista pelo governo para o próximo ano, que chega à casa dos R\$ 8,8 bilhões.

Esforço

O aumento da arrecadação como forma de reequilibrar as contas e garantir o pagamento de aposentadorias e pensões foi apontado pelo governador Flávio Dino como uma das saídas para a crise.

Em entrevista no Palácio dos Leões, na quarta-feira, ele disse que o foco atual do governo é melhorar a gestão fiscal, promover equilíbrio entre receitas e despesas e recuperar a capacidade de o Tesouro financiar o Fundo de Aposentadoria.

O estabelecimento dessa meta de gestão pode explicar, portanto, a previsão governista de aumento da arrecadação de impostos em 2019.

As medidas estão sendo tomadas de gestão financeira para garantir a recuperação do fundo em razão desse déficit financeiro que ele já tem há



Proposta de Orçamento do governo Flávio Dino (PCdoB) estima alta de arrecadação tributária em 2019

SAIBA MAIS

Transferências federais em números

Fundeb

- Roseana (2011-2014) - R\$ 4.438.627.813,79
- Flávio Dino (2015-2018) - R\$ 5.069.899.470,40

FPE

- Roseana (2011-2014) - R\$ 15.087.842.878,55
- Flávio Dino (2015-2018) - R\$ 18.411.631.345,53

Fonte: Tesouro Nacional

quase uma década no Maranhão", disse Dino, sem detalhar medidas. "A questão central é você ter a capacidade de fazer uma boa gestão fiscal, no que se refere ao equilíbrio de receitas e despesas, é disso que nós estamos cuidando agora, para que o Tesouro tenha capacidade de pagar suas principais obrigações, aí, obviamente, incluso o pagamento de aposentados e pensionistas", completou.

Atentos

Apesar de o governo Flávio Dino negar que haja "risco iminente" de não pagamento de pensões e aposentadorias, a oposição na Assembleia Legislativa segue vigilante quanto ao déficit da Previdência do Maranhão.

Na quarta-feira, 7, o deputado Adriano Sarney (PV) reforçou a cobrança por dados oficiais do governo a respeito da situação da Previdência estadual, depois da revelação de que o Estado não tem disponibilidade de caixa para honrar os benefícios de be-

neficiários no ano que vem.

Com a negativa do governo de explicar como o Fundo Estadual de Pensão e Aposentadorias (Fepa) chegou a essa situação e o que será feito para contorná-la, o parlamentar divulgou um vídeo para anunciar que conseguiu dados do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão (Iprev) que comprovam a dilapidação do patrimônio da Previdência maranhense.

"Depois de muito esforço conseguimos os dados oficiais do governo comunista, que dizem respeito ao Fundo de Aposentadoria dos funcionários públicos, o Fepa", disse ele, no material produzido por sua assessoria. Segundo os dados apresentados pelo deputado, de R\$ 1,2 bilhão do Fepa que estavam investidos em fundos e aplicações em dezembro de 2014, havia em setembro de 2018, quase quatro anos depois, apenas R\$ 181 milhões. "O saldo do Fepa está em míseros R\$ 181 milhões", destacou.

FPE na gestão de Flávio Dino é maior que na anterior

O governo Flávio Dino (PCdoB) tenta justificar o déficit das contas, a quebra da Previdência e o cenário de caos que se desenha para 2019 com o argumento de que o cerne do problema é a queda de repasses feitos pelo Governo Federal.

Segundo o Executivo do Maranhão perdeu mais de R\$ 1,5 bilhão nos quatro anos da primeira gestão.

Dados do Tesouro Nacional colhidos pela reportagem de O Estado, contudo, contradizem esse discurso. Mesmo com a baixa, o valor recebido é ainda superior ao repassado na gestão anterior.

Levando-se em conta apenas FPE, a gestão Flávio Dino recebeu, de janeiro de 2015 até outubro de 2018, R\$ 18,4 bilhões. Em todo o último mandato da ex-governadora Roseana Sarney (MDB) foram R\$ 15 bilhões.

Mas há ainda o Fundeb, que também é maior agora do que na gestão passada. A gestão Roseana recebeu R\$ 4,4 bilhões desse fundo durante quatro anos de gestão. Até outubro de 2018, já foram repassados à administração comunista R\$ 5 bilhões. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros	
DATA	10 de 11 / 2018	PÁG.	3
() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa			

Antaq proíbe Emap de transferir ao Estado recursos do Porto do Itaqui

Determinação, de 17 de outubro, foi assinada pelo diretor-geral do órgão, Mário Povia, e está em vigor desde então; ação popular protocolada na Justiça pede devolução de, pelo menos, R\$ 80 milhões

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) editou uma resolução proibindo a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) de realizar qualquer nova transferência de recursos da receita tarifária do Porto do Itaqui ao caixa do Estado do Maranhão.

A determinação, de 17 de outubro, foi assinada pelo diretor-geral da Antaq, Mário Povia, publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 19 do mesmo mês, e está em vigor desde então.

A revelação de que o Estado do Maranhão apossou-se de recursos teoricamente da União foi feita em junho, no bojo de uma ação popular protocolada na Justiça Federal pelo advogado Thiago Brhanner Costa, que atua pelo escritório Pedro Leonel Pinto de Carvalho & Advogados Associados.

Ele apontou, na ocasião, que a administradora do Porto transferiu aos cofres do Estado, irregularmente,



Divulgação

Retirada de recurso da Emap para conta do Estado foi apontada em ação

pelo menos R\$ 80 milhões - embora haja informações de que os valores possam ser de mais de R\$ 140 milhões -, e pedia a devolução do dinheiro.

Narra a peça que o Conselho de Administração da Emap, em resposta a um ofício da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (Seplan), decidiu por uma reorganização societária.

Ainda segundo a ação, no ofício a Seplan solicitava "a redução do capital com transferência aos cofres do Tesouro Estadual", no valor de R\$ 80 milhões. É esse o valor que o advogado pretende ser devolvido à Emap.

Ele argumenta que, ao efetuar a transação, a Emap descumpriu termos do Convênio nº 016/2000 firmado entre a União Federal, com a

MAIS

União também pede devolução

Arrolada como ré no mesmo processo protocolado em junho, a União pediu à Justiça Federal que seja excluída do pólo passivo da ação e sua inclusão no pólo ativo. Ao invés de ser processada, junto com o Governo do Maranhão, pela retirada dos R\$ 80 milhões da Emap, a União quer processar a gestão estadual.

interveniência da Companhia das Docas do Maranhão (Codomar), e o Estado do Maranhão, com a intervenção da Emap, tendo por objeto a delegação da administração e exploração do Porto Organizado do Itaqui, do Cais de São José de Ribamar, dos Terminais de Ferry-Boat da Ponta da Espera e do Cujupe. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
() O Estado do MA (X) O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog				
EDITORIA				
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros		Negócios
DATA	11 / 11 / 2018	PÁG.	7	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

ENTREVISTA // Marcellus Ribeiro

"Se não tivéssemos tomado providências, o Maranhão teria quebrado", afirma secretário



Secretário Marcellus Ribeiro detalha as ações realizadas pelo governo para combater os efeitos das perdas em transferências federais

Em entrevista concedida com exclusividade à nossa reportagem, o secretário estadual da Fazenda, Marcellus Ribeiro, comenta os efeitos das perdas de R\$ 1,5 bilhão em transferências federais no Maranhão, as medidas para proteger os maranhenses da crise nacional e explica que se o Maranhão não tivesse adotado as medidas que tomou, o Estado teria quebrado.

O IMPARCIAL - O Maranhão perdeu mais de R\$ 1,5 bilhão, com redução dos repasses oriundos de transferências do governo federal. Por que o Maranhão perdeu tantos recursos?

Marcellus Ribeiro - Importante contextualizar como chegamos a esse momento de crise enfrentada por todas as unidades da Federação, em razão dessas perdas. Vivemos, de forma mais acentuada, a partir de 2015, uma brutal retração econômica que produziu impacto negativo sobre a arrecadação do IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados) e o Imposto de Renda (IR). Embora a arrecadação desses tributos seja de competência da União, eles são repartidos com os Estados. Como a crise afetou essa arrecadação e tais impostos formam a base dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), houve perda de R\$ 1,5 bilhão no Maranhão.

A raiz da crise nacional é justamente a queda dessa receita. Como nós conseguimos incentivar nossa economia e equilibrar nossas receitas, sofreremos menos com a crise. Se não tivéssemos tomado providências, o Maranhão teria quebrado, como ocorreu com outros estados.

Nesse cenário, quais foram as principais medidas do Governo do Estado para manter obras, programas e ações, mesmo com a significativa redução desses repasses?

Marcellus Ribeiro - Já no início de 2013, nós apresentamos que o Brasil mergulharia em uma profunda crise e que isso exigia ações de emergência. Foi assim que adotamos as medidas previstas no Plano de Ações de Emergência, com as chamadas medidas anticíclicas. Para garantir os programas de desenvolvimento da cidadã, buscamos identificar onde poderíamos atuar. Verificamos inicialmente a situação dos regimes especiais de

setores econômicos, que chegavam ao valor de R\$ 250 milhões por ano. Uma única empresa, de um único setor recebia incentivo fiscal com carga tributária, que em alguns casos chegou a ser zero.

E como o governo aplicou os valores decorrentes da suspensão de incentivos fiscais isolados?

Marcellus Ribeiro - Quando identificamos esses valores de perdas, que efetivamente não promoviam o desenvolvimento econômico, beneficiando apenas uma ou outra empresa, nós passamos a fazer a resogação desses benefícios e direcionamos para ações que efetivamente geram desenvolvimento. Diversas políticas públicas foram decorrentes dessa proupanca. Um

exemplo típico é o Programa Mais Empregos, que concedia R\$ 500,00 para as empresas a cada novo emprego gerado. Emprego significa renda e dignidade para as pessoas. Então, agimos sempre assim: concedemos benefícios fiscais sempre condicionados à contrapartida social com geração de empregos e renda.

Secretário, a Lei nº 10.541 estabeleceu uma política tributária mais branda em relação a outros estados. É o que acontece com o ICMS na conta de energia elétrica, por exemplo, que foi categorizada por faixas de consumo. Trata-se de uma alternativa para manter a arrecadação e ao mesmo tempo preservar consumidores com menor renda?

Marcellus Ribeiro - Sempre existiu um falso debate sobre essa questão de aumento de tributos. O Estado, de fato promoveu um ajuste em 2015 e um em 2016. O fato é que cerca de 90% das empresas do Estado não foram afetadas por nenhum desses dois ajustes. Tivemos a imensa preocupação de não colaborar para o agravamento dessa crise nacional. Se estávamos trabalhando num movimento de desenvolvimento, não faria sentido aumentar tributos, uma vez que isso reduz a renda das pessoas. Assim, criamos mecanismos para proteger os maranhenses com menor renda, como no caso da energia elétrica, mantendo regimes de isenção para os mais vulneráveis. Os consumidores com faixas de renda maior efetivamente sentiram esse ajuste. E, ao contrário do que se pensa, as pequenas e microempresas também não foram atingidas, uma vez que elas tributam com base no faturamento, com base em uma Lei Federal e não com base na alíquota de crédito e débito de ICMS (tributo estadual). Nessa política de desenvolvimento que buscamos, nós sempre preservamos todos aqueles com menor poder aquisitivo e, no caso das pequenas e microempresas nós concedemos uma redução da carga tributária já em março de 2015, sendo o maior benefício já concedido a estas empresas. Essa é uma medida que o governador Flávio Dino deve implantar novamente em momento oportuno.

A Sefaz atua fortemente no combate à sonegação fiscal. Qual a importância dessa medida para a Receita Federal?

Marcellus Ribeiro - Já por um lado nós estabelecemos uma política de incentivo, por outro nós trabalhamos para criar um ambiente de concorrência leal, aberta, pública e transparente. O combate à sonegação fiscal, portanto, na sonegação, o que se faz é evitar

permane a apropriação privada de recursos que são públicos e que deveriam ser aplicados na melhoria das condições de vida da sociedade, ela pode ser encarada também como corrupção.

Quais os mecanismos usados pela Sefaz para identificar as práticas de sonegação?

Marcellus Ribeiro - Estudos mostram que a quantidade de recursos que são sonegados é sete vezes maior do que os que são objeto de corrupção. De forma inovadora, nós criamos mecanismos de controles eletrônicos, passando a promover cruzamentos de grande massa de informações, integrando nosso sistema a outras instituições como a Receita Federal, o Ministério Público, e outras entidades do Estado. Assim conseguimos identificar a omissão de receita e a subtração da parcela de recursos

que são retirados indevidamente da sociedade. Nós recebemos a visita de outros estados, a exemplo de São Paulo, que vieram conhecer nossa metodologia que gerou esse grau eficiente de combate à sonegação. A matéria prima da administração tributária é a informação. O mecanismo de auditoria eletrônico que nós criamos é feito para o controle de pessoas jurídicas, a partir de um critério imparcial, utilizando parâmetros técnicos, dando oportunidades para aqueles que, eventualmente cometeram alguma infração, pagarem seus tributos sem nenhum tipo de penalidade adicional.

Com a política de preços da Petrobras, a Sefaz atua de alguma forma para atenuar o repasse de aumento do combustível para o consumidor final?

Marcellus Ribeiro - Os tributos sobre combustíveis formam a maior parte da Receita da União e dos Estados. Essa tributação é feita com base em preços pesquisados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) e publicados quinzenalmente. Nós pagamos para as distribuidoras, uma dívida de R\$ 200 milhões herdadas de gestões anteriores, no sentido de proteger esse segmento. Em segundo lugar, buscamos não promover nenhum aumento para o setor, fizemos apenas um e, ainda assim, muito abaixo dos demais estados. Também promovemos incentivos para a indústria sucroalcooleira, garantindo também o parcelamento de tributos sem juros e multas para algumas que estavam em situação financeira delicada.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA (<input checked="" type="checkbox"/>) O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia () Outros <i>Capa</i>			
DATA	<i>11 / 11 / 2018</i>	PÁG.	<i>01</i> () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

38 casos de feminicídio no Maranhão só neste ano

VIDA



**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO**
Procuradoria Geral de Justiça

**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO			
() O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	() Pequeno	() O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog
EDITORIA			
() Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida	() Geral	() Polícia () Outros
DATA	11 / 11 / 2018	PÁG.	1 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

VIOLÊNCIA

38 casos de feminicídio no MA

II Semana de Combate ao Feminicídio no Maranhão começa na próxima terça-feira, dia 13, com programação diversificada

PATRICIA CUNHA

Mais do que números, são mulheres assassinadas, violentadas, com vidas e famílias destruídas, e tudo pelo simples fato de serem mulheres. Mulheres que tiveram suas vidas interrompidas por não quererem mais seguir um relacionamento., na maioria das vezes. Mulheres que morreram por nada, sem defesa. Até agora, o Maranhão já contabiliza 38 casos de feminicídio, segundo o Departamento de Feminicídio. Um salto de 13 casos em três meses. Em agosto eram 25 casos.

Para lutar contra os homicídios cometidos contra pessoas do sexo feminino, além de outras, a Polícia Civil do Maranhão, através do Departamento de Feminicídio, da Coordenadoria das Delegacias de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra a Mulher (Codevim) e da Delegacia Especial das Mulheres, vai realizar a II Semana de Combate ao Feminicídio do Maranhão, a partir de terça-feira (13), quando acontece a abertura, às 16h, na Casa da Mulher Brasileira, em São Luís.

A data foi escolhida por ser o Dia Estadual e Municipal de Combate ao Feminicídio. O tema deste ano é "Até que todas vivam sem medo". A primeira edição aconteceu em novembro do ano passado com uma caminhada em prol da garota Alanna Ludmilla, violentada e assassinada de forma cruel, pelo ex-companheiro da mãe.

Toda a semana tem o objetivo de incentivar o diálogo e a conscientização de homens e mulheres para combater a violência doméstica e o crime de feminicídio. A semana é resultado da Lei de nº 13.104, de março de 2015.

Todo o trabalho vem sendo feito bem antes. A coordenadora das Delegacias da Mulher no Maranhão, Kazumi Tanaka visitou escolas e ministrou palestras sobre o tema para estudantes do Ensino Fundamental, pais e professores da escola, expondo situações concretas e depoimentos de mulheres vítimas de abuso e violência. Ela também deu dicas e orientações de como identificar, reagir e proceder em casos de violência contra a mulher.

Este ano, uma das novidades é a realização de um concurso cultural para estudantes das escolas da rede municipal e estadual em São Luís, onde serão premiados os melhores trabalhos e composições de estudantes em música, poesia, flash mob e vídeo de bolso (com uso do celular).

"O que estamos fazendo de diferente neste ano, é de fato envolver a comunidade escolar, incitando para que os estudantes conheçam mais sobre violência da mulher e feminicídio, como e porque isso ocorre. Foi uma estratégia para a gente trabalhar essa temática nas escolas. E a premiação será domingo, na Feirinha de São Luís, no encerramento da Semana, mas teremos



88% POR CENTO DOS CASOS DA REGIÃO METROPOLITANA FORAM RESOLVIDOS PELA POLÍCIA CIVIL



DELEGADA DIZ QUE AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO DEVEM SER DISSEMINADAS

uma semana intensa de programação", conta a coordenadora.

Dando visibilidade

Os crimes de homicídio, muitas vezes têm alguma qualificadora, que pode ser um motivo fútil, como por exemplo, o companheiro que matou a mulher porque ela não fez o jantar. Ou então, o marido matou a esposa porque ela não quer mais o relacionamento, que é considerado motivo torpe.

Significa dizer que a pena dos agressores que praticam crimes contra a mulher por questões de gênero é agravada. Isso envolve violência doméstica e familiar, além de

"menosprezo ou discriminação à condição de mulher".

Crimes por motivo torpe

Nesses casos, a mulher está sendo morta porque está sendo mulher. Se fosse o contrário, provavelmente nesses casos a mulher não mataria o homem.

Este ano já foram 38 casos até agora. 2017 finalizou com 50 casos.

"Enquanto as pessoas não souberem que elas podem ter acesso a esse serviço de

base, enquanto principalmente as pessoas não modificarem a maneira como elas se relacionam, seus a forma dos relacionamentos amorosos principalmente, que são tratados como se fossem relações de poder e de dominação, isso não vai terminar, esses números não vão diminuir. A gente quer que as pessoas despertem para essa consciência. A gente quer desconstruir essa cultura machista que ensina esses padrões de comportamento que desnivela homens e mulheres em relacionamentos, principalmente domésticos e familiares. Esse processo de mudança é de cultura, e depende de uma série de fatores principalmente do fortalecimento das políticas públicas", afirma Kasumi.

A designação e regulamentação do crime de feminicídio, chega como um avanço quanto ao julgamento desses crimes, porque é uma garantia a mais de que os suspeitos serão punidos pela razão certa. A legislação diz que a pena do feminicídio é aumentada de um terço até a metade se o crime for praticado durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto; contra pessoa com menos de 14 anos, maior de 60 anos ou com deficiência; e na presença de descendente ou de ascendente da vítima.

De acordo com a coordenadora a resolutividade dos casos na região metropolitana é de 88%, inclusive com prisão de agressor, investigação com conclusão de autoria, muito em função do estado possuir um Departamento de Feminicídio.

"A Polícia Civil investiga e pericia todos os casos de assassinatos de mulher como se fosse feminicídio, violência, tudo isso vai nos evidenciar que se trata de um feminicídio, e se assim for, o caso vai ter uma especialidade no atendimento".

Haverá homenagem para Patrulha Maria da Penha

Programação

Dia 13 - Na Casa da Mulher Brasileira - Abertura com ato em homenagem às vítimas de Feminicídio no Maranhão e entregas de Medalhas de Mérito Operacional aos Policiais da Patrulha Maria da Penha;

Dia 14, às 9h, palestra na Tenda do Conhecimento na Vale;

Dia 15, às 8h, palestra e panfletagem no Trem da Vale;

Dia 17, às 16h30, caminhada Avenida Litorânea, da Casa das Dunas à Praça dos Pescadores;

Dia 18, às 8h, encerramento da campanha na Feirinha São Luís, na praça Benedito Leite com premiação dos alunos vencedores do concurso de talentos com o tema Feminicídio e Shows de música com Banda Filtro de Barro e panfletagem.

POLÍCIA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

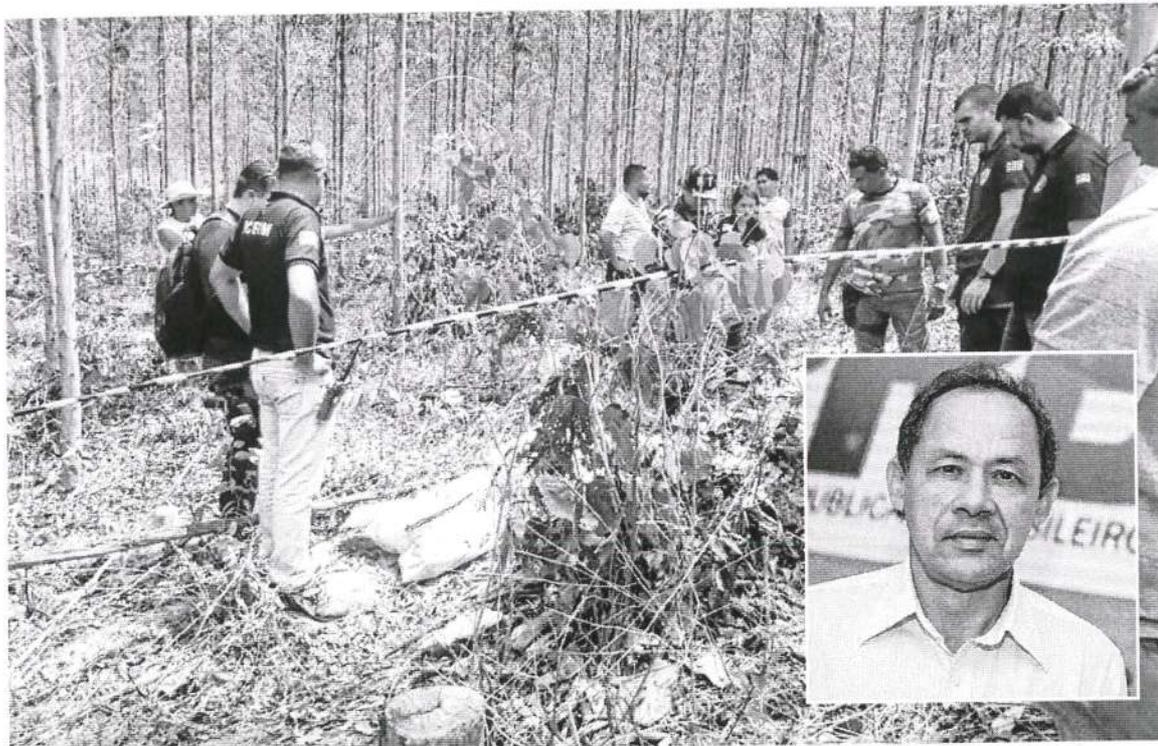
() Política () Cidades / Vida () Geral Polícia Outros *Capa*

DATA *12/11/2018* PÁG. *01* () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Assassinato de prefeito choca Região Tocantina

Corpo do prefeito de Davinópolis, Ivanildo Paiva Barbosa, 57 anos, foi encontrado amarrado; até ontem, polícia não havia conseguido prender acusados do sequestro e assassinato. **POLÍCIA 9**

Divulgação



O corpo do prefeito Ivanildo Barbosa (detalhe) foi encontrado amarrado com marcas de tiros no peito, na cabeça, braços e costas, numa plantação de eucalipto



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog				
EDITORIA				
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia () Outros				
DATA	12 / 11 / 2018	PÁG.	9	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Polícia sem pista de executores do prefeito de Davinópolis

O corpo do gestor municipal foi encontrado com os pés e as mãos amarrados e com marcas de tiros em uma área de plantação de eucalipto, na zona rural do município; crime é investigado pela SHPP, que enviou equipe à região

ISMAEL ARAÚJO
Da Editoria de Polícia

Até o início da noite de ontem, a polícia não tinha conseguido prender os acusados de terem sequestrado e assassinado o prefeito do município de Davinópolis, Ivanildo Paiva Barbosa (PRB), de 57 anos. O corpo do gestor municipal foi encontrado amarrado na manhã de domingo (11), com várias marcas de tiros no peito, na cabeça, braços e costas, em uma área de plantação de eucalipto, localizada no povoado Jussara, zona rural da cidade, localizada na Região Tocantina.

"Nenhuma linha de investigação foi descartada ainda pela polícia, mas a menos provável é crime de latrocínio, ou seja, roubo seguido de morte", afirmou o delegado regional de Imperatriz, Eduardo Galvão. Ele também informou que o caso está sendo investigado pela equipe da Superintendência de Homicídio e Proteção a Pessoas (SHPP) e vai ser coordenado pelo delegado Práxedes Martins.

Equipes da SHPP e de peritos do Instituto de Criminalística (Icrim) de São Luís foram enviadas, na manhã de domingo, para a Região Tocantina para auxiliar no trabalho de investigação do crime. "Estamos na fase inicial da investigação e até o momento não temos registro de prisão", disse Eduardo Galvão.

Assassinato

O delegado Eduardo Galvão infor-



Ivanildo Barbosa Paiva foi sequestrado de chácara e encontrado morto

mou que a vítima tinha costume de passar os fins de semana em sua chácara, no povoado Jussara, zona rural de Davinópolis. Ainda na tarde do último sábado, populares e parentes ficaram surpresos com o desaparecimento de Ivanildo Paiva. A propriedade foi encontrada revirada e com marcas de sangue humano.

As buscas pelo gestor municipal começaram imediatamente, mas, somente na manhã do dia seguinte o celular e o veículo da vítima, uma pick-up de placas não identificadas, foram localizados nas proximidades do 50º Batalhão de Infantaria de Selva de Imperatriz, localizado na BR-010. No carro, também havia marcas de sangue.

As buscas continuaram até que

o corpo do prefeito foi achado no meio da plantação de eucalipto. O cadáver apresentava marcas de tiros na cabeça, braço, peito e nas costas. Os peritos do Icrim e policiais da SHPP foram deslocados para a área. O corpo da vítima foi removido para o Instituto Médico Legal (IML) de Imperatriz e até o começo da noite de domingo (11) não tinha sido liberado para os familiares. "Houve o informe de que o segurança do prefeito também havia sido assassinado, mas a versão foi logo desmentida", acrescentou Eduardo Galvão.

Crime

O comandante do 14º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel Brito Júnior, informou que populares



Corpo do prefeito foi encontrado em uma área de plantação de eucalipto

disseram que o prefeito estaria tendo uma relação extracônjugal com uma mulher de nome não revelada, recém-separada. De acordo com relatos, o ex-marido da referida mulher não aceitava o fim do relacionamento. Essa informação será investigada pela Polícia Civil.

Também há informações de que na tarde de sábado (10) homens não identificados foram até a residência da vítima e falaram com o caseiro, de nome não revelado. Eles teriam perguntado onde encontrariam terras naquela região para comprar e teriam chegado a pedir informações sobre o paradeiro de Ivanildo Paiva.

Na manhã de ontem, o caseiro não encontrou mais o prefeito e achou marcas de sangue pela residência da chácara. Ainda há infor-

mes de que ele foi sequestrado e teve os pés e as mãos amarrados e, logo após, foi executado por mais de dois criminosos. Os peritos do Icrim ainda ontem estiveram na chácara do prefeito e não encontraram evidências de luta corporal no local.

Filho executado

Um filho de Ivanildo Paiva, identificado como Paiva Júnior, de 19 anos, foi assassinado há mais de 10 anos na Região Tocantina. De acordo com a polícia, Paiva Júnior desapareceu na madrugada do dia 13 de setembro de 2008, após ser abordado por uma guarnição da Polícia Militar, composta pelos soldados Antônio Ribeiro Abreu e Smally Araújo Carvalho da Silva. Essa abordagem foi registrada pelas câmeras de vídeo de

um estabelecimento comercial localizado no centro de Davinópolis.

O jovem havia saído de sua residência para deixar amigos e a sua namorada, de nome não revelado, no centro da cidade e, logo após, segundo a polícia, foi abordado pelos policiais militares. O veículo da vítima foi encontrado no dia seguinte abandonado sem as placas e o sistema de som na Estrada do Arroz, nas proximidades de Imperatriz. O corpo de Paiva Júnior só foi achado depois de uma semana, enterrado em uma cova rasa, em uma área de mata, na Região Tocantina.

A Polícia Civil investigou o caso e prendeu os dois policiais militares, que negaram a autoria do crime. O segurança Claudiomar Ferreira dos Santos, outro suspeito de envolvimento na execução, também foi preso. Ao prestar depoimento à polícia, ele não só confessou o crime, como também apontou os militares Antônio Abreu e Smally Carvalho como co-autores. Todos os acusados já foram julgados e condenados a mais de 20 anos de cadeia.

Nota

O Governo do Estado, emitiu nota manifestando pesar pela morte trágica do prefeito Ivanildo Paiva, de Davinópolis. Também repudiou o crime e informou que todas as providências estão sendo adotadas para elucidar o covarde assassinato, trabalhando para identificar o autor ou os autores para que seja feita justiça. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral Polícia Outros

DATA

12 / 11 / 2018

PÁG.

9

() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

IML registrou movimento intenso no fim de semana

Só no último sábado, três corpos de vítimas de acidentes de trânsito foram periciados pelo instituto; houve, também, um caso de homicídio e um de queda

Três corpos deram entrada, no último dia 10, no Instituto Médico Legal (IML), localizado no Bacanga. e, segundo a polícia, as causas de

todos os óbitos foram acidentes de trânsito. Uma das vítimas foi identificada como Antônio Caiby de Oliveira, de 60 anos.

Ainda de acordo com a polícia, a vítima estava internada no Hospital Socorrão I, no Centro, onde chegou a ser submetido a cirurgia,

mas não resistiu e morreu no último sábado. As outras duas vítimas de acidente de trânsito foram Diógenes Pereira da Silva, de 27 anos, e Raimundo de Sousa, de 28 anos.

Outros dois corpos deram entrada no IML no último fim de semana, um deles de Edson C. Teixeira Assunção, de 35 anos. A polícia informou que ele foi alvejado por homens não identificados na noite de sábado (10), no bairro

Vila Palmeira, e morreu no local. O caso será investigado pela equipe da Superintendência de Homicídio e Proteção a Pessoas (SHPP).

O outro que deu entrada e foi periciado pelo IML foi o de Lindalva de Sousa Nunes, de 77 anos. Segundo a polícia, a idosa teria sofrido uma queda em um local não revelado, levada para o Hospital Municipal Socorrão I, no Centro, onde morreu, na manhã de ontem. Após a perícia, o corpo da idosa foi

liberado para os familiares.

Mais morte

O corpo de Raimundo Nonato de Melo, de 53 anos, foi encontrado com várias perfurações a faca nas proximidades da residência da vítima, localizada no povoado Cacimbinha, zona rural de Balsas. A polícia informou que os acusados ainda tentaram atear fogo no cadáver. O caso está sendo investigado pela Polícia Civil. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA (X) O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida (X) Geral () Polícia		Outros	
DATA	10/11/2018	PÁG.	7
		(X) Gerada	(X) Espontânea (X) Positiva () Negativa

JÚRI POPULAR

Quatro assassinos condenados

Três homens acusados de matar duas crianças em Bacabeira foram julgados

DOUGLAS CUNHA

Estendeu-se até a noite de quinta-feira a sessão do Tribunal do Juri, em Rosário, que condenou Antônio Coelho Machado, Cleferson de Jesus Machado Vilaça e Josean Serra Rego a penas de 43 anos, 44 anos e 47 anos de reclusão, a serem cumpridas em regime inicialmente fechado. Os três foram apenados pela acusação dos crimes de homicídio e ocultação de cadáver de uma criança e um adolescente, e tentativa de homicídio contra outro adolescente e um adulto. Estes crimes aconteceram no campo de Perizes, na região do povoado Periz de Baixo, município de Bacabeira, no dia 1º de agosto de 2017, em face das vítimas estarem sob suspeita de suposto furto de porcos, em uma propriedade de Antônio Machado. O julgamento foi presidido pela juíza Karine Lopes Castro, da 1ª Vara de Rosário. Na ocasião, na sentença, recurso para os acusados aguardarem em liberdade, o julgamento de recursos impetrados pelos advogados de defesa.

Na sessão, a promotora de Justiça Maria Cristina Lobato Murillo sustentou que os acusados agiram, coordenadamente, para satisfazer a vontade de Antônio Machado, conhecido por Antônio Baixinho, que seria o “mentor intelectual do crime”. Consta na denúncia que, na data, os acusados, armados com espingardas, revólveres, facão e facas, teriam atacado de forma cruel as vítimas, uma criança (11



OS ASSASSINOS DOS MENINOS FORAM CONDENADOS

anos), dois adolescentes (12 e 16 anos) e um adulto (24 anos). Na refrega morreram a criança e um adolescente, que sofreram graves lesões e foram enterrados em uma cova rasa, no mangue. Na prática delituosa, conforme a acusação, “Antônio Baixinho” teve a colaboração do seu neto, Cleferson Vilaça, o “Kefim”, e de Josean Serra Rego, o “Amaral”. O Ministério Público requereu, também, a condenação dos acusados pelo crime de tentativa de homicídio contra um adulto, atingido com um tiro na boca por Josean Rego, e um adolescente, atingido com um tiro na perna – que deu fim à munição na arma. Na defesa atuaram os advogados Kerlington Sousa e Marco Rocha (Antonio Machado e Cleferson Machado); e Jamilson Mubárack (Josean Rego). Os advogados da famí-

lia Machado defenderam a tese de homicídio simples e lesão corporal para Antonio e Cleferson. “Eles não são inocentes, mas defendemos que cada um pague os erros na exata medida do que foi cometido por cada um”, disse Kerlington. O advogado Jamilson Mubárack, patrono da defesa de Josean Rego, sustentou que seu cliente apenas causou lesão corporal ao atingir o adulto, já que para se defender, precisou desferir um tiro, mas que, se tivesse a intenção de matar, teria prosseguido com mais disparos. “Não há laudo apontando se a vítima correu risco de morte, apenas que foi hospitalizado por cinco dias”, frisou. Em tréplica, o MP reforçou a tese de homicídio duplamente qualificado por motivo fútil, tentativa de homicídio qualificado e ocultação de cadáver.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral Polícia Outros

DATA 10e 11 / 11 / 2018 PÁG. 9 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Crianças e adolescentes são alvos de criminosos na Grande São Luís

45 menores de idade já foram assassinados de forma bárbara este ano na Região Metropolitana de São Luís; ano passado, o registro foi de 72 casos

As crianças e adolescentes da Região Metropolitana de São Luís continuam sendo alvos de criminosos. No decorrer dos últimos 10 meses, 45 menores de idade foram assassinados, enquanto no ano passado ocorreram 72 casos na Ilha, de acordo com os dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP). A maioria desses casos teve a participação de integrantes de facção criminosa.

Ainda na sexta-feira (9) ocorreu a II Marcha Alanna Ludmilla Todos pela Paz, no Maiobão, em Paço do Lumiar, marcando um ano do assassinato da menina Alanna Ludmilla Borges Pereira, de 10 anos. De acordo com a polícia, essa criança foi violentada sexualmente, assassinada e teve o seu corpo enterrado sob entulhos no quintal da residência onde morava, no Maiobão, no dia 1º de novembro do ano passado. O principal suspeito desse ato bárbaro é o ex-padrastro da vítima, Robert Serejo Oliveira, de 31 anos, que está preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

A segunda marcha reuniu amigos e parentes de Alanna Ludmilla. O ato teve como ponto de concentração a Escola Comunitária Centro Educacional Sagrada Família, na rua 24 do Maiobão, onde a vítima estudava. Os participantes percorreram por várias ruas do bairro e finalizou na praça da Bíblia, na avenida 10.

A mãe de Alanna Ludmilla, Jaciane Costa, de 33 anos, disse que esse evento vem alertar a população para que não ocorra mais crimes violentos e tendo como vítimas crianças. "A dor da perda da minha filha só vem aumentar a cada ano e nunca será esquecida. No momento, luto para que outras crianças não possam ser vítimas desse tipo de crime bárbaro", desabafou Jaciane Costa.

Assassinatos

Somente no mês passado, sete adolescentes e crianças foram assassinados de forma bárbara na Ilha, de acordo com a polícia. Um dos últimos casos teve como vítima um adolescente, de 17 anos, na área do Coroadinho, na noite do dia 21. O menor foi morto a tiros por homens, não identificados. No dia anterior, a poli-



Crianças e adultos na marcha pedindo paz e marcando um ano da morte da menina Alanna Ludmilla

SAIBA MAIS

Morte de crianças e adolescentes

- Janeiro: 8 casos
- Fevereiro: 4 casos
- Março: 2 casos
- Abril: 3 casos
- Maio: 6 casos
- Junho: 6 casos
- Agosto: 1 caso
- Setembro: 4 casos
- Outubro: 7 casos
- Novembro: 1º até o dia 8 sem registro de morte de criança ou adolescente

cia já tinha registrado a morte de outro adolescente, de 17 anos, no bairro da Cidade Olímpica.

Na noite do dia 17 de outubro, ocorreu a execução de Luís Araújo Santos Chagas Neto, de 15 anos, e Glauberth Fernandes Chagas, de 17 anos, na rua da Cerâmica, no bairro João Paulo. Ainda de acordo com a polícia, dois "facionados" do Bairro de Fátima são os principais acusados desse duplo homicídio. Eles, ao encontrarem as vítimas nas proximidades de uma obra abandonada na rua da Cerâmica, efetuaram vários tiros.

Os dois adolescentes foram balea-

NÚMERO

117

crianças e adolescentes foram assassinados nos últimos 22 meses na Ilha

dos e um deles morreu no local. A outra vítima, alvejada nas costas, foi levada pela ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) para o Hospital Socorrão 1, no Centro, onde passou por tratamento cirúrgico, mas logo após, veio a falecer.

Na noite do dia 16 de outubro foi assassinado um adolescente, de 12 anos, no São Raimundo. Segundo a polícia, nesse dia ocorreria a festa de aniversário de uma facção criminosa na Ilha e há informes que a morte desse menor teria participação de facionado. Apenas neste dia, a polícia registrou sete execuções na Região Metropolitana de São Luís.

No dia 2 do mês passado, Robert Vilela de Jesus, de 14 anos, foi morto apedrejado ao transitar por uma das ruas do bairro Cidade Olímpica por homens, não identificados. O corpo do menor ficou ensanguentado e havia marcas de violência na cabeça, incluindo o ouvido. No local, havia pedras e papel e a parde de uma das

residências estavam sujos de sangue. O caso está sendo investigado pela equipe da SHPP e há informações de que esse crime teria sido praticado por integrantes de facção criminosa desse bairro. A vítima residia no Residencial Tiradentes.

Confronto

Também um adolescente, de 16 anos, foi morto durante confronto entre policiais militares e facionados ocorrido no último dia 10, no Mojó, em São José de Ribamar. Além do menor de idade, também foram mortos Adriano de Oliveira Silva, de 20 anos; Gleison Santos da Silva, de 20 anos; Kailson Rebouças Almeida, de 20 anos, e Cleilson da Silva dos Santos, de 18 anos. A polícia recebeu uma denúncia que havia criminosos instalando o clima nessa localidade, principalmente, realizando assaltos, comercializando entorpecentes e homicídios.

Os militares foram deslocados para esse local onde foram recebidos a tiros. Houve confronto entre os policiais e bandidos. No tiroteio, os criminosos foram baleados e morreram ao dar entrada no hospital. Em poder dos bandidos, foram apreendidos uma arma de fogo, um colete balístico com brasão da Polícia Civil, munições, garrafas, maconha, cocaína. ●

Integra em estadoma.com/454382

Condenados por mortes no Campo de Perizes vão recorrer

Réus foram condenados a mais de 40 anos de prisão; caso ocorreu no mês de agosto de 2017

Os advogados de defesa de Antônio Coelho Machado, Josean Serra Rego e Cléferson de Jesus Machado Vilaça afirmaram que até a próxima semana vão recorrer da sentença do julgamento ocorrido na última quinta-feira, no fórum da cidade de Rosário. Os réus foram condenados pelo Júri Popular a mais de 40 anos de cadeia pelos assassinatos de Roberto da Luz dos Santos, de 11 anos; e Erisvan da Silva Costa, de 12 anos, como também por uma dupla tentativa de homicídio, ocorrido no dia 1º de agosto do ano passado, em Campo de Perizes, no município de Bacabeira.

Somente Antônio Coelho, que de acordo com a polícia, foi o mentor desse ato bárbaro foi condenado a

43 anos de prisão em regime fechado; Josean Serra, 47 anos; e Cléferson Machado teve uma pena de 44 anos de prisão. Eles estão presos desde o ano passado na Unidade Prisional de Rosário.

Jamilson Mubarak, que é advogado de Josean Rego, declarou que no decorrer dos próximos dias vai impetrar com uma apelação no Poder Judiciário para recorrer dessa sentença e solicitar um novo júri. "Devemos alguns dias apresentar um recurso de apelação de uma vez obedecendo os parâmetros da legalidade de não ser contra as provas dos autos", explicou o advogado. ●

Integra em estadoma.com/454383

'Crime do sapatinho' frustrado no interior

Vítima foi o gerente do Bradesco de Açailândia, mas foi liberado sem ferimentos em Imperatriz

A polícia até o começo da noite de sexta-feira (9) não tinha conseguido prender os acusados de terem abordando o gerente do Bradesco de Açailândia durante a noite da última quinta-feira, na cidade de Imperatriz.

Esse caso conhecido como "Sapatinho", está sendo investigado pela equipe do Departamento de Combate a Roubo a Instituições Finan-

ceiras (Decrif), órgão da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic). O delegado Pedro Fernandes, que está respondendo pelo Decrif, informou que o bancário foi abordado pelos assaltantes antes de chegar em sua residência, na área central de Imperatriz. ●

Integra em estadoma.com/454384

Quatro mortes em 12 horas em rodovias

Um dos casos ocorreu por volta das 4h30 de sexta-feira, no KM 408 da BR-230, em Balsas

Quatro mortes ocorreram em 12 horas durante ocorrência de acidente de trânsito nas estradas federais, que cortam o estado, segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF). Um dos casos ocorreu por volta das 4h30 de sexta-feira (9), no KM 408 da BR-230, em Balsas, e teve como vítimas Jailson Pereira Silva, de 24 anos; e Patrícia Santos, de 21 anos.

Ainda de acordo com a PRF, as vítimas estavam em uma motoci-

cleta Fan, de placa não identificada, e colidiu na traseira de um veículo, não identificado. ●

Integra em estadoma.com/454385

NA WEB

Suspeito de assalto a residências na Ilha na cadeia

estadoma.com/454386